

## **O Turismo Comunitário é bom? Desafios e Perspectivas da Prainha do Canto Verde, Ceará, Nordeste do Brasil.**

**Susana Dantas Coelho**

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil.

Professora Efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza.

Email: [susanadantas@ifce.edu.br](mailto:susanadantas@ifce.edu.br)

**Adryane Gorayeb**

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Rio Claro, São Paulo-SP, Brasil. Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Email: [gorayeb@ufc.br](mailto:gorayeb@ufc.br)

### **Resumo**

A pesquisa teve como intuito avaliar o turismo comunitário na Resex da Prainha do Canto Verde, localizada a cerca de 130 km ao leste de Fortaleza, capital do Ceará. A análise foi feita a partir de uma abordagem qualitativa, com aplicação do Inventário da Oferta Turística (INVTUR) e de entrevistas com representantes do poder público municipal, de organizações não-governamentais e de associações comunitárias locais, tendo por base os conceitos propostos por Irving (2009). Constatou-se que o turismo comunitário não é percebido como principal fonte de renda das famílias da comunidade, mas interage com atividades tradicionais (pesca e agricultura), além de abranger questões culturais, sociais e ambientais da localidade, num contexto em que não envolve a comunidade como um todo, em seus processos decisórios e participativos. Por outro lado, a ausência de infraestrutura para o desenvolvimento de uma oferta turística mais competitiva, em modelo tradicional, denota relevância ao turismo comunitário, o que influencia na polarização das relações e dos interesses econômicos presentes no cotidiano da comunidade, manifestada na atuação de duas associações de moradores com ideais e ações discordantes. Este estudo pode contribuir com o planejamento das atividades turísticas na comunidade e em cenários semelhantes, com vistas a uma melhor gestão turística e um desenvolvimento mais sustentável, envolvendo turistas, governos e a população local.

**Palavras-chave:** Planejamento turístico. Reserva de Extrativismo Marinha (RESEX). Turismo Comunitário. Associativismo. Conflitos.

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto latino-americano, o turismo comunitário surge no auge de mudanças socioeconômicas e políticas associadas às novas preocupações inerentes ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade social de empresas.

Vários tipos de turismo se enquadram nessa interseção de “turismo sustentável”, como o ecoturismo, o turismo verde e o próprio turismo comunitário. Esse último tem como premissa o desenvolvimento humano, pautando-se no empoderamento da população local e na preservação ambiental. Nesta perspectiva, Modeste (2000), Tisdell e McKee (2001), Sathindrakumar e Tisdell (2001), e Plaza (2006) avaliaram os impactos positivos do turismo comunitário em diversas regiões a partir do incremento para a economia local, concluindo que o turismo comunitário contribui, significativamente, para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Algumas iniciativas contribuíram para o fortalecimento de redes como a criação de federações, organizações não-governamentais (ONGs) e instituições que subsidiaram o crescimento do turismo comunitário na América Latina. Exemplos dessas iniciativas ocorreram na Guatemala, com a criação de uma federação para apoiar projetos e eventos sobre turismo rural em pequenas comunidades (BARBOSA, 2011); na Nicarágua, com a criação de uma rede e um instituto, em 2009, que auxiliou na promoção do turismo comunitário no país, regularizando a atividade e oferecendo assistência técnica às comunidades (INTUR, 2010); e na Costa Rica, com a criação de um consórcio cooperativo que impulsionou o turismo rural comunitário, mediante financiamentos internacionais (INGUAT, 2010). Em 2003, outro importante incentivo para o desenvolvimento do turismo comunitário na América Latina foi a *Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario* na Costa Rica, que influenciou o planejamento do turismo rural comunitário na Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Peru e Brasil, visando melhorar o desenvolvimento e a gestão do turismo nos territórios, sendo a autogestão um dos principais pilares das políticas instituídas (MALDONADO, 2009).

Durante décadas, o turismo comunitário no Brasil teve um sentido marginal, longe de ser tendência e interesse político nacional. Essa realidade perdurou até meados da década de 1990, até que pesquisadores de várias áreas iniciaram discussões com essa temática, levando-as ao “I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL)”, (IRVING, 2009). Ainda nesta perspectiva histórica, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) iniciou suas atividades em 2003, pautada em discussões acerca de trabalhos e experiências de turismo comunitário no Brasil, instigadas por um programa de cooperação em economia solidária, com o apoio da Embaixada Francesa, sediada em Brasília. A Turisol buscou contribuir, desde a sua criação, com o fortalecimento de grupos rurais, indígenas, pescueiros e urbanos que desenvolviam o turismo de base local, embora as iniciativas tivessem se concentrado, especialmente, na região Norte do país.

Esse cenário se desenvolveu ainda mais a partir de maio de 2008, devido à realização do “II Seminário Internacional de Turismo Sustentável”, em Fortaleza, capital do Ceará, quando o Conselho Nacional de Turismo reconheceu, oficialmente, o turismo comunitário no Brasil. Naquele evento, o Ministério do Turismo apresentou experiências de turismo comunitário no país e se comprometeu a apoiar novas iniciativas (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Naquele mesmo ano, em

2008, a Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário), então parceira da Turisol, foi formada por meio de uma articulação de grupos moradores das comunidades do litoral cearense, e foi responsável por traçar estratégias e estabelecer parcerias, além de articular com outras comunidades, visando atender os requisitos básicos do turismo comunitário, assim como as necessidades e os anseios das comunidades envolvidas. Apoiada pelo Instituto Terramar, a Rede Tucum (2023) compreende o **turismo comunitário** como

estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos.

Considerando-se o exposto, este estudo teve como objetivo principal analisar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, membro da Rede Tucum, para entender, com base nos preceitos de Irving (2009), a visão do poder público municipal, das instituições de apoio (Instituto Terramar/ Rede Tucum) e das lideranças das duas associações comunitárias que atuam de modo polarizado no território, num recorte temporal entre 2016 e 2018, período de coleta empírica da tese de doutorado da primeira autora. O intuito da pesquisa foi compreender a importância desta atividade na comunidade e estabelecer os principais desafios que precisam ser ultrapassados para o seu pleno desenvolvimento.

A Prainha do Canto Verde foi selecionada para esta pesquisa, pois pratica turismo comunitário desde 1988 (GALDINO, 2010). A localidade foi pioneira no contexto do Nordeste do Brasil, se destacando em nível internacional, em 1999, por ter sido vencedora, do prêmio *To Do Award (To Do!99)*, concedido pela ONG alemã *Studienkries für Tourism und Entwicklung*, para projetos de turismo socialmente responsável. A premiação motivou a publicação de matérias no *The Community Tourism Guide* (MANN, 2000), além de ter recebido, em 2000, o Prêmio Toura D'Or, pelo melhor documentário sobre Turismo Sustentável (MENDONÇA; IRVING, 2004).

## 2 METODOLOGIA

O levantamento de dados em campo ocorreu no período de 03 de março de 2016 a 30 de maio de 2017. Foram realizadas oito visitas à comunidade, sendo duas como “turista” e seis como “pesquisadora”, quando se buscou construir uma visão mais crítica em relação ao desenvolvimento do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde.

Primeiramente, foi realizado diagnóstico turístico através do instrumento de pesquisa denominado de “Inventário da Oferta Turística (INVTUR)”, que refletiu a dinâmica contemporânea da economia do turismo exigida pela sociedade e pelos setores produtivos locais, alinhado com o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (PNT) (BRASIL, 2006). Durante essa etapa, foram levantadas informações, com aquisição de fotografias em campo e construção de diário de bordo. Esse último abrangia os serviços turísticos disponíveis na localidade como meios de hospedagem, alimentação, atrativos naturais, culturais e infraestrutura básica.

Em uma segunda etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas com o poder público e os representantes das redes de turismo comunitário e associações comunitárias locais, seguindo um roteiro semiestruturado, em que foram selecionados: (i) secretária de Turismo e Cultura de Beberibe; (ii) representantes do Instituto Terramar/ Rede

Tucum; (iii) representantes das associações comunitárias locais (Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, conhecida localmente como “Associação Tradicional” e Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde, conhecida localmente como “Associação Independente”).

A partir das informações coletadas em campo, organizou-se um diagnóstico comparativo, considerando-se as teorias de Irving (2009) acerca dos critérios do turismo comunitário.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), com o número 50614-1, com emissão de 28 de setembro de 2015 e revalidação de 27 de outubro de 2016. Registra-se que este procedimento ético é obrigatório para todas as pesquisas desenvolvidas no âmbito das RESEX no Brasil, conforme a Instrução Normativa n. 03, de 01 de setembro de 2014.

## 2.1 Contextualização geográfica e turística da Prainha do Canto Verde

A Reserva Extrativista Marinha (Resex) da Prainha do Canto Verde está localizada no distrito de Paripueira, município de Beberibe-CE (Figura 1), com cerca de 1.100 moradores, distribuídos em cerca de 359 famílias (ICMBio, 2011).

**Figura 1 - Mapa de localização da Resex Prainha do Canto Verde, Ceará, Brasil.**



Fonte: Segunda autora (2023).

A Resex Prainha do Canto Verde foi instituída através do Decreto s/n de 05 de junho de 2009, com uma área de 29.794,44 ha, representando o bioma marinho costeiro. Essa Resex teve como principal critério de criação os seus atributos ambientais e sociais, pois a área é habitada por famílias de pescadores artesanais e pequenos agricultores (ICMBio, 2011).

Em um passado remoto, a Prainha do Canto Verde se originou a partir de uma família de pescadores, no século XIX, que estreitou laços, ampliando as famílias até formar uma comunidade. Em sua história recente, a Prainha, a partir da década de 1970, se deparou com problemas relacionados à manutenção do território, principalmente conflitos relacionados à grilagem de terras (GALDINO, 2010), que persistem até a atualidade (Figura 2).

Devido a isso, atualmente, a comunidade possui como forte característica a luta dos moradores em defesa de seu território de moradia e sobrevivência. Essa luta está especialmente vinculada às ações da Associação dos Moradores do Canto Verde (Associação Tradicional), com o apoio do Instituto Terramar e da Rede Tucum, e aprofundou discordâncias devido ao conflito fundiário da região (Jusbrasil, 2010) que criou a dissidente Associação Independente da Prainha do Canto Verde (Associação Independente).

A história da pesca na Prainha do Canto Verde está relacionada à luta dos pescadores pela continuidade da atividade na comunidade. Em 04 de Abril de 1993, 4 pescadores e 2 pescadoras saíram da Prainha do Canto Verde navegando até o Rio de Janeiro para reivindicar melhores condições para a pesca artesanal e maior fiscalização sobre a pesca predatória da lagosta.

**Figura. 2 - Descontentamento frente à especulação imobiliária na comunidade.**



Fonte: Primeira autora (2016).

Na referida comunidade, a pesca é realizada artesanalmente, utilizando jangadas e paquetes, além de pequenas embarcações motorizadas (catamarãs). Conforme os pescadores e corroborando com pesquisas de Costa (2016), além das lagostas vermelha, verde e pintada, encontradas na região, existem muitos pescados como agulha, agulhão, albacora branca, ariacó, arabaiana, arraia, bagre (branco, amarelo e de fita), baiacu, beijupirá, bicuda, biquara, bonito (amarelo e de barriga listrada), borboleta (amarelo e listrado), cação (martelo e tintureira), camurupim, cangulu, carapitanga, garoupa preta,

cioba, dourado, enchova, galo, guaiúba, guarajuba, mariquita, mero, moreia, pargo, palombeta, paru e pescada branca.

As jangadas (Figura 3) ficam atracadas sobre a faixa de areia da praia e os pescadores comercializam o pescado sobre estas, assim que chegam da pescaria. O excedente do pescado é armazenado na câmara fria comunitária e distribuído posteriormente.

Na Prainha do Canto Verde, o atrativo principal da comunidade é a natureza, assim como a história e as tradições dos moradores, ou seja, os turistas que optam em conhecer a localidade possuem intenção de obter uma maior proximidade com o ambiente natural e com as experiências em comunidade. A Prainha possui campo de dunas extenso, além de densos coqueirais, com trilhas construídas pelos moradores que se configuram como atrativo histórico e paisagístico relevantes. Existem três trilhas para o turista conhecer: (1) Trilha ecológica do Córrego do Sal, (2) Trilha para Lagoa do Jardim e (3) Trilha Morro da Cacimba. Há também passeios náuticos promovidos por pescadores em suas jangadas.

Diante de tais aspectos levantados, através do INVTUR, podem-se observar a diversidade natural da Prainha do Canto Verde, rica em atrativos naturais, porém, com pouca infraestrutura turística. A comunidade conta com meios de hospedagem simples e poucos restaurantes.

**Figura 03. Jangadas atracadas na Prainha do Canto Verde.**



Fonte: Primeira autora (2016).

É importante ressaltar que os meios de hospedagem da Prainha do Canto Verde são considerados “alternativos” por não fazerem parte da classificação oficial da EMBRATUR e do Ministério do Turismo, visto que não atendem aos padrões de classificação quanto ao conforto, aos serviços disponibilizados, aos atrativos, dentre outros itens necessários. Além disso, somente uma pousada local solicita o preenchimento da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), o que dificulta o controle do fluxo turístico e o conhecimento do público. O FNRH contabiliza o fluxo

turístico bem como detecta o perfil do visitante. Essa ausência impossibilita ao proprietário fazer um banco de dados e conhecer melhor o público. Outro ponto negativo é o não envio da FNRH aos órgãos competentes por meio do Cadastur, que é um sistema do Ministério do Turismo onde estão registradas todas as informações turísticas necessárias ao planejamento do turismo. Durante a pesquisa de campo detectou-se que somente a Pousada Recanto da Mãezinha faz o uso do documento, mas não o utiliza para contabilizar o fluxo de turistas na pousada.

Quanto às pousadas, embora não existam parâmetros predefinidos para classificá-las, pode-se considerar que esse tipo de empreendimento é a versão contemporânea das “hospedarias” do passado. Representam uma alternativa de hospedagem mais acessível, sem que isso signifique ausência de conforto. Em sua estrutura possuem unidades habitacionais individualizadas e decoração identificada com a localidade.

A Prainha do Canto Verde não dispõe de guias de turismo cadastrados no Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Os condutores de visitantes são, na maioria das vezes, pessoas da própria comunidade que possuem conhecimento dos atrativos turísticos (como as trilhas e as regatas ecológicas), bem como da história e das manifestações culturais (especialmente a confecção de artesanatos de palha, os Papangus na Semana Santa e a dança do coco), e que acompanham os turistas em troca de pagamento pelo serviço. Alguns condutores foram capacitados por entidades, associações ou ONGs que visam melhorar a qualidade do turismo oferecido na localidade, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o próprio Conselho de Turismo, que integra a Associação dos Moradores do Canto Verde.

O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde desenvolveu-se, em grande parte, a partir de conflitos existentes em torno da luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais, fortalecendo e consolidando, muitas vezes, a articulação entre agentes externos e a comunidade em busca de melhores condições de vida para a população local. Fortunato e Silva (2013), em pesquisa que abordou os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, observaram divergências entre as visões da atividade pelos grupos políticos internos, especialmente entre as duas associações que atuam na comunidade, acreditando que o turismo comunitário é uma das fontes de tensão da comunidade, produzindo uma lógica de “exclusão” interna.

Assim, o fortalecimento do turismo comunitário representa uma alternativa de preservação dos ambientes naturais e do modo de vida dos moradores. A Prainha do Canto Verde, assim como centenas de outras comunidades tradicionais do litoral do Ceará, tem em seus moldes de sobrevivência o extrativismo de subsistência, a pesca e o artesanato produzidos a partir de matéria prima local, dependendo, portanto, dos ambientes em bom estado de conservação (LOUREIRO; GORAYEB, 2013).

### **3. GESTÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

São muitos os envolvidos no turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Dentre eles estão o poder público municipal, o Instituto Terramar e a Rede Tucum e as associações que estão ligadas diretamente com a atividade turística, especialmente a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (Associação Tradicional) que abriga o Conselho de Turismo, o qual é responsável pela articulação e organização das

atividades voltadas ao turismo comunitário. Das informações coletadas durante a pesquisa, depreende-se uma percepção da oferta do turismo como sendo restrita à oferta de hospedagem para os visitantes, mas reconhecendo que a conservação, a variedade e a acessibilidade dos atrativos naturais são muito importantes.

Verificou-se que o turismo comunitário causa impactos positivos na comunidade, pois atraem turistas que se hospedam, consomem, compram nos mercadinhos e realizam passeios com os moradores locais. E o mais importante, os turistas trocam experiências culturais com os moradores e criam um senso de responsabilidade de preservação e conservação ambiental e do modo de vida tradicional.

Em termos de gestão política local da atividade de turismo comunitário, o papel mais relevante é o do Conselho de Turismo, composto por membros da comunidade que integram a Associação Tradicional e que tem a colaboração do ICMBio, que participa das reuniões e discute questões relacionadas à gestão da comunidade. A Prefeitura Municipal de Beberibe tem pouca inserção no território em termos de organização, planejamento e financiamento da atividade turística, o que é demonstrado na fala do Entrevistado A (2017):

a Prainha nunca foi a queridinha de Beberibe [prefeitura municipal], porque aqui nós da comunidade é quem tomamos de conta do turismo. Então eles não se esforçam para melhorar a estrutura daqui, pois o turista que vem para cá ou nós mesmos da comunidade é quem resolvemos tudo. Muita gente aqui coloca seu lixo na bicicleta e ou no carro, se tiver, e leva até a estrada.

De modo geral, a oferta do turismo comunitário não é percebida enquanto atividade capaz de gerar dividendos econômicos para a comunidade como um todo e, assim, levar a uma elevação do *status* social de seus habitantes, o que pode ser percebido pela fala de um dos entrevistados que expõe abertamente os conflitos políticos internos que existem entre a Associação Tradicional (que abriga o Conselho de Turismo) e a Associação Independente: “o turismo não muda a minha vida nem a de ninguém aqui. Poucas pessoas vivem desta atividade e as que vivem é o grupo que domina isso” (Entrevistado E, 2017). Esta ideia é corroborada pelo Entrevistado B (2017) quando diz que: “[o turismo comunitário] influencia de forma negativa, porque os assuntos relacionados ao turismo se restringem a um grupo fechado e que detém o poder na localidade.” Diante do exposto, percebe-se a existência de conflito interno entre grupos que desejam interagir com o turismo comunitário local, porém não se sentem pertencentes à esfera de gestão. Portanto a situação retrata participação da comunidade de forma restrita, ou seja, a atividade não está sendo discutida, satisfatoriamente, em sua totalidade, com os moradores locais.

Em termos econômicos, os resultados da pesquisa demonstram que a atividade gera emprego local, mesmo que este não se configure como emprego formal. O turismo comunitário é visto como uma forma de abertura da comunidade àqueles que buscam desfrutar das belezas naturais e culturais da Prainha do Canto Verde. Esta percepção, se por um lado permite e subsidia a preservação do modo de vida dos moradores da comunidade, também implica numa ausência de estruturação baseada na oferta de produtos e serviços com foco no mercado turístico.

Além disso, existe a demanda da venda do pescado, que pode ser direcionada ao consumo turístico, sem necessitar da intermediação do atravessador, o que movimentaria o comércio local. Essa situação, acrescida com a possibilidade de

aluguéis e arrendamentos por temporada aos visitantes e turistas, poderia, inclusive, melhorar a renda das famílias locais, demonstrado na fala do Entrevistado D (2017):

[o turismo comunitário] ajuda na renda de algumas famílias que vivem da pesca e da agricultura, já que essas pessoas passam a alugar suas casas para receber turistas, fazendo com que uns convivem com os outros e conseqüentemente se ajudam.

Diante de tais colocações, pode-se perceber que o turismo comunitário é visto como uma atividade que complementa a renda e que envolve as atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas por seus moradores, como pesca artesanal, confecção de artesanato e agricultura, porém com possibilidades de causar impactos negativos, especialmente se praticada sem planejamento e com gestão conflituosa. O Entrevistado C expõe, em sua fala, esta preocupação:

Eu acho que através do turismo, a gente pode conhecer pessoas de outros lugares, ter outras experiências. Claro que não podemos deixar de falar nos problemas que aparecem como exploração sexual, mudança nos hábitos dos moradores para agradar aos turistas e principalmente, a entrada de drogas na comunidade (Entrevistado C, 2017).

Na sequência, é possível compreender, com maiores detalhes, a visão sobre o turismo comunitário da Prefeitura Municipal de Beberibe, das associações locais e das instituições que apoiam o turismo na comunidade.

### **3.1 Visão do Poder Público Municipal acerca do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde**

Na visão da secretária de Turismo e Cultura de Beberibe, gestão entre 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017, o turismo comunitário está associado à tranquilidade, ao sossego, muitas vezes contrários à vida urbana. Já na Prainha do Canto Verde, o turismo comunitário está associado à calma, embora, segundo opinião da secretária, se configure como um campo fechado para outras formas de turismo.

Para a secretária, os principais concorrentes da Prainha do Canto Verde, próximos à localidade, são as praias de Parajuru, Barra da Sucatinga e Uruaú, todas as praias também transmitem ao visitante essa sensação de tranquilidade, mas já possuem mais infraestrutura, além de conseguirem atender melhor às necessidades dos visitantes.

De acordo com a secretária, os pontos positivos do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde estão associados à própria localidade, rica em belezas naturais e *locus* de uma vida simples, mas cheia de significado. Como ponto negativo, a secretária cita a forma como o turismo é conduzido pelos moradores, segundo ela, “fechada e inflexível”, dificultando as articulações entre o poder público e a comunidade. A mesma completa afirmando que isso pode dificultar a injeção de recursos públicos e ações que visam melhorar a qualidade do turismo desenvolvido na região. Ela ressalta ainda que as tomadas de decisão não são fáceis por envolverem várias pessoas, com pensamentos diferenciados.

De uma forma geral, a secretária, durante a entrevista, resumiu a Prainha do Canto Verde como sendo:

uma localidade complexa [risos], mas que deseja que o turista ao visitar a comunidade, se sinta acolhido, pois as pessoas que procuram conhecer a Prainha do Canto Verde desejam tranquilidade, um turismo sossegado, voltado para a contemplação da natureza. Os moradores se mostram abertos a receber os turistas mesmo que ainda não tenham conhecimento suficiente ou se percam um pouco na questão da ideologia dos dois grupos [referindo-se à Associação Tradicional e à Associação Independente], porém são pessoas boas, que querem o melhor para a comunidade, pois o que os turistas mais gostam na Prainha do Canto Verde é a tranquilidade e o que menos gostam é a pouca infraestrutura turística (Secretária de Turismo e Cultura de Beberibe, 2016).

A secretária encerrou a entrevista afirmando ser, em alguns momentos, difícil trabalhar uma parceria sólida com a comunidade, pois possuem formas contraditórias de enxergar a realidade, tornando difícil um consenso. Apesar disso, as reuniões promovidas entre o poder público e a comunidade são proveitosas e sempre buscam encontrar soluções para os problemas que surgem.

### **3.2 Visão da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (Tradicional) acerca do Turismo Comunitário**

Conforme a visão do presidente da Associação Tradicional, a Resex foi instituída no território para beneficiar a comunidade, trazendo melhorias para a vida dos moradores e para a conservação ambiental. Afirma que esta foi implantada para garantir a tranquilidade na Prainha, a organização e os direitos dos moradores. Enfatiza que a Associação Tradicional não deseja “turismo massificado, com carros de som, tráfico de drogas, especulação imobiliária, marginalidade e prostituição”, fazendo parte da rotina da comunidade. Para o presidente, o turismo comunitário traz a possibilidade de “uma vida simples”, marcada pela cultura local e pela história de luta da comunidade que vive da pesca e da agricultura nos quintais produtivos.

Em relação à abrangência do turismo comunitário, o presidente afirma ser este o responsável pela complementação da renda de muitas famílias que viviam exclusivamente da pesca e agora possuem outra forma de obter renda extra. Assim, hospedam em suas casas turistas que buscam a tranquilidade e as belezas da Prainha, bem como desejam viver a experiência de estar “em comunidade”, não propriamente como turista, mas como um membro da família. Complementa afirmando que essa experiência só é possível nesse tipo de turismo, pois visa o bem estar da comunidade, não se preocupando em oferecer luxo aos visitantes.

No que se refere aos benefícios do turismo comunitário, o entrevistado afirma serem muitos: desde o fortalecimento da comunidade em relação à terra até a renda complementar proveniente da atividade. Em relação a isso, reconhece que essa modalidade ainda é pouco difundida, principalmente por ser pauta de muitas discussões relacionadas aos beneficiários. Afirma que na Prainha dá certo, embora a participação da comunidade seja dividida em...

[...] três formas de pensar, ou melhor, três grupos diferentes: àqueles que fazem parte da Associação Tradicional, os que fazem parte da Associação Independente e àqueles neutros, que não influenciam e não expõem seus sentimentos em relação aos conflitos pela terra na

comunidade (Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, 2016).

Aproveita para reforçar que o turismo comunitário vem crescendo, tomando forma e ganhando adeptos, embora reconheça os pontos fracos, os quais estão relacionados à falta de divulgação e quase ausência de propagandas (*marketing*) que venham a atrair o visitante. Outro problema citado é a falta de fidelização desse turista, que nem sempre volta, devido especialmente à falta infraestrutura.

Afirma sentir a necessidade de ajuda externa, principalmente do apoio do poder público e de pessoas ligadas ao turismo que pudessem fazer um plano de *marketing* para divulgar a comunidade, dentro do que é decidido pelos moradores. É importante ressaltar que a divulgação das atrações e dos roteiros turísticos são realizados pelos próprios envolvidos com o turismo comunitário, a partir de uma página do *facebook*, através da propaganda boca a boca realizada por quem já conheceu a Prainha e pelo Instituto Terramar/ Rede Tucum.

### **3.3 Visão da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde (Associação Independente) acerca do Turismo Comunitário**

A Associação Independente é formada por integrantes dissidentes da Associação Tradicional, que não concordavam com a implantação da Resex. Em entrevista, a presidente, também empresária do turismo, relatou que falta divulgação do destino turístico e que as regras impostas pela Resex impossibilitam o desenvolvimento das pousadas, que poderiam atrair mais turistas para a comunidade. A mesma apontou a falta de articulação com o poder público e acrescentou que o presidente da Associação Tradicional não se posiciona entre as duas visões distintas das associações de moradores. A fala da presidente destacou pontos importantes em relação ao planejamento e a gestão turísticos, como a relevância da qualificação da mão de obra local, onde citou que investe, pessoalmente, na contratação de estagiários de turismo para atuarem na pousada da qual é proprietária. Destacou ainda a importância da boa qualidade dos serviços oferecidos, que deviam ser condizentes com a beleza local e à hospitalidade dos moradores.

No que se refere à abrangência do turismo comunitário, a mesma afirmou não beneficiar uma boa parte dos moradores, relatando até casos de miséria na comunidade. Detalhou que alguns moradores que viviam da pesca da lagosta sofreram as consequências da pesca predatória realizada pelos barcos pesqueiros vindos de outros lugares.

Sobre o tema da especulação imobiliária, esta afirmou ainda não ser um problema na comunidade, mas que os proprietários de terrenos deveriam ter o direito de comprar e vender quando julgassem necessário, pois após a Resex não puderam mais fazer a comercialização das propriedades. Conforme a entrevistada,

é um absurdo eu ter condições de construir uma pousada, empregar pessoas da comunidade, oferecer um serviço de qualidade, fazer propaganda da comunidade e não poder porque o governo não quer. Isso é um direito das pessoas. Nossa luta continua para combater esse tipo de coisa. Já viajei para outro país, o turismo só traz benefícios e as pessoas não enxergam isso (Presidente da Associação Independente, 2016).

Diante disso, percebeu-se que a Associação Independente defende o turismo convencional. Embora durante a fala da presidente ela tenha feito ressalvas no que se refere à entrada de pessoas de fora na comunidade, pois entendia que isso poderia atrair o tráfico de drogas e a prostituição para o local, mas também afirmou que isso podia ser combatido pela própria comunidade, com planejamento e gestão adequados. Ainda durante a entrevista, a presidente citou diversas vezes um empresário do ramo da educação de Fortaleza, ressaltando a sua atuação de forma benéfica na comunidade. Foram citadas algumas ações como doação de livros, doação de uma ambulância, a construção do espaço onde funciona a Associação Independente, além da construção de uma câmara fria para armazenar o pescado.

A presidente finalizou a entrevista relatando que o objetivo da Associação Independente é o de criar um clima de harmonia na comunidade, incentivando moradores a serem empreendedores, para criar uma concorrência saudável e promover a gestão responsável do turismo na localidade, combatendo as dissidências e lutando pelos direitos dos moradores.

### **3.4 Visão do Instituto Terramar/ Rede Tucum acerca do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde**

Na percepção do Instituto Terramar/ Rede Tucum, o turismo comunitário é pensado a partir das populações tradicionais sem perder as tradicionalidades que são a base desses territórios ricos em vida e cultura. Segundo essa percepção, o maior entreve desde modo de turismo para a comunidade é a pouca comunicação entre os moradores e a falta de divulgação para atrair público externo.

Como vantagens, a entrevistada relatou que as comunidades que hoje realizam o turismo comunitário, lutam em defesa de seu território há décadas, enfrentando conflitos fundiários com “empreendedores” que, na realidade, segundo a fala da entrevista, são “grandes empresários do mercado turístico e especuladores que compram e vendem ilegalmente as terras das populações tradicionais”.

A representante do Instituto que foi entrevista, relatou que a construção da imagem do destino turístico pode ser transformada negativamente diante dos meios de comunicação e mídias disponíveis. No entanto, a imagem construída para o turismo comunitário, da mesma forma que o fortalece também o coloca para o mundo, vulnerabilizando o território tradicional, pois os meios de comunicação são abrangentes e atingem, inclusive, perfis de turista que praticam o turismo de massa.

Sobre as relações instituídas com o poder público local, afirma ainda ser deficiente pela falta de reconhecimento do lugar. Quem faz turismo comunitário é tratado da mesma forma de quem investe no turismo convencional, tendo que cumprir com as mesmas obrigações e pagar os mesmos impostos e taxas. Afirmou que o financiamento do turismo comunitário e, mais especificamente, da Rede Tucum tem acontecido através de projetos desenvolvidos por instituições parceiras, dialogando com iniciativas produtivas das populações tradicionais e com pequenos fundos acessados pelas próprias comunidades.

## **4 GESTÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: FORÇAS E OPORTUNIDADES**

As discussões acerca do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde podem ser enquadradas na dimensão conceitual de Irving (2009), considerando-se os seguintes

critérios (Quadro 1): (i) Inclusão Social: turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) Participação Social e Governança Democrática: o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) Compromisso Social: a existência do capital social e o compromisso de *stakeholder engagement* como elementos fundamentais nas ações empreendidas pelos projetos de turismo comunitário; (iv) Compromisso Ambiental: a inclusão do turismo nas pautas de organismos de planejamento, associado à questões socioambientais; (v) Responsabilidade Socioambiental: mudança no perfil dos turistas, que são mais comprometidos com a responsabilidade socioambiental; (vi) Planejamento Turístico: planejamento turístico a fim de evitar a exclusão social nas comunidades a serem visitadas; e (vii) Turismo Sustentável: a urgência de discussões acerca dos temas “turismo e sustentabilidade”.

**Quadro 01 - Comparativo das visões do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde.**

<b>Crítérios do Turismo Comunitário (IRVING, 2009)</b>	<b>Estratégias do Instituto Terramar/ Rede Tucum</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Associação Tradicional</b>	<b>Associação Independente</b>
<b>Inclusão Social</b>	Organização comunitária e participação na Rede	Formação e capacitação dos trabalhadores através de cursos oferecidos pelo SEBRAE/ EMBRATUR.	Inserção nas ações da associação e na gestão da Resex.	Dá maior relevância às atitudes individuais, que por princípio devem ser compatíveis com o empreendedorismo e a liberdade individual
<b>Participação Social e Governança Democrática</b>	Inserção dos princípios da Rede Tucum nas comunidades, por meio de diálogos constantes, articulação entre as comunidades e apoio à gestão compartilhada.	Promoção de reuniões com os moradores e formação de Grupos de Trabalho (GT) locais. Sente a necessidade de diálogo mais harmônico com a comunidade, em especial com relação às duas associações de moradores.	Enfatiza a criação e conservação da Resex como ponto forte em relação à manutenção dos direitos dos moradores. Participação ativa nas atividades sociais e culturais da comunidade, na tentativa de atender demandas dos moradores, da Rede Tucum e do ICMBio.	Compreende a criação da Resex como um entrave ao desenvolvimento do turismo na comunidade. Promove melhorias na infraestrutura local com parcerias externas e estimula o empreendedorismo.
<b>Compromisso Social</b>	Inclui discussões nas pautas políticas estaduais relacionadas ao turismo comunitário; reflete sobre estratégias de inclusão social na cadeia do turismo local e atua nas comunidades com	Busca fomentar o apoio à criação de programas e ações que visem o bem estar da comunidade.	Busca atrair políticas públicas para a comunidade, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores.	Busca atrair investimentos externos com a aquisição de estruturas e equipamentos que possam contribuir para a melhoria do bem estar dos moradores.

	lideranças locais.			
<b>Compromisso Ambiental</b>	Produção de material teórico sobre a temática e organização de eventos e seminários na comunidade, com o apoio de pesquisadores e do ICMBio.	Discussão com foco nos problemas da gestão municipal e nas dificuldades do poder público atender às demandas das comunidades, em especial com relação à deposição inapropriada de resíduos sólidos.	Visualiza os problemas ambientais e os desafios junto à atividade turística de modo mais coletivo, com foco na participação dos moradores da Prainha e na gestão do ICMBio.	Compreende que as ações ambientais devem ser desenvolvidas de modo mais autônomo, considerando a perspectiva do investidor e do morador que atua com turismo.
<b>Responsabilidade Socioambiental</b>	Compreende que deve ser compartilhada entre os gestores locais do turismo (membros do Conselho de Turismo e moradores que desenvolvem a atividade), assim como deve existir parcerias com o poder público e conscientização dos turistas.	Compreende enquanto responsabilidade, principalmente, dos moradores e dos turistas, que deve ter perfil diferenciado por ser mais esclarecidos sobre as questões ambientais e a preservação da natureza.	Destina ao Conselho de Turismo a responsabilidade de atrair perfis de turistas que tenham maior consciência ambiental e cobra políticas mais incisivas e maior presença da prefeitura municipal na comunidade.	Busca atrair turistas de perfis diversos, na perspectiva de conscientizar os visitantes durante a sua permanência na comunidade. Cobra políticas mais incisivas e maior presença da prefeitura municipal.
<b>Planejamento Turístico</b>	Articulação e trocas com outras redes do Brasil e do exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário e de base local.	O planejamento turístico da prefeitura é realizado de forma generalista e sem orientação prévia (programas e projetos, por exemplo) e possui pouca (ou nenhuma) participação das comunidades.	Afirma trabalhar em conjunto com o Conselho de Turismo para garantir o planejamento turístico da comunidade. Trabalha em parceria com a Rede Tucum e o ICMBio.	Afirma realizar seu próprio planejamento, pois não participa do planejamento realizado pelo Conselho de Turismo.
<b>Turismo Sustentável</b>	Está na premissa do material que fundamenta a divulgação, nas mídias sociais, do Instituto Terramar/ Rede Tucum e orienta todas as publicações e inserções práticas nas comunidades.	Não compreende o conceito de modo holístico e não tem planejamento prévio das ações de intervenção nos territórios, de modo a refletir sobre problemas ambientais e sociais futuros.	Os membros participam regularmente de fóruns de discussão, eventos e capacitações sobre a temática, muitas vezes, promovidas pelo Instituto Terramar e o ICMBio.	Afirma buscar apoio a partir das políticas públicas, além de se manter atualizada em relação às questões do meio ambiente.

Fonte: Autoras (2023).

Parcerias com o poder público são de suma importância, dada a necessidade de investimentos que viabilizem e fomentem a infraestrutura e a formação profissional dos sujeitos envolvidos com o turismo comunitário. Portanto, a cobrança por programas e ações voltadas ao turismo comunitário devem ser constantes, pois este só ganhará visibilidade a partir do apoio dos governos nas esferas municipal, estadual e federal.

Propõe-se uma maior participação da comunidade no planejamento e na gestão, com um incremento das atividades cujo envolvimento oportunize interação entre as duas associações existentes, embora estas possuam interesses que se diferem entre si. Outra proposta é o acompanhamento, seja por iniciativa pública ou particular, por parte de um profissional da área. Esse prestaria consultoria no que se referisse ao *marketing* de divulgação da comunidade, de forma a atrair turistas com o perfil desejado e que percebam a atratividade do local sem o interesse de impactar negativamente na localidade.

## 5. CONCLUSÕES

Considerando-se os objetivos de avaliar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde a partir das visões das associações, do poder público e das instituições que apoiam a atividade, constatou-se que podem surgir novas possibilidades sociais, econômicas e culturais a partir da prática desta atividade. Os resultados da pesquisa demonstram que o turismo é complementar às outras atividades remuneradas realizadas pela maioria dos moradores, como a pesca artesanal, o artesanato e a pequena agricultura. Ainda que organizada, a atividade do turismo comunitário na comunidade é fragmentada e pouco articulada internamente e com o poder público.

Registra-se aqui a limitação dos resultados da pesquisa, uma vez que não foi possível entrevistar os gestores da RESEX, no caso, os funcionários do ICMBIO, por incompatibilidade de agendas. Esta lacuna deve ser considerada, uma vez que a gestão oficial do território é realizada pelo órgão federal, que desenvolve diversas atividades dentro da RESEX, cotidianamente.

A pesquisa corrobora com as conclusões de Fortunato e Silva (2013), que ao analisar os conflitos do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, revelou que grupos de posições antagônicas, integrantes da Associação Tradicional e da Associação Independente, disputam a preferência por um determinado modelo de turismo. Na realidade, o que se percebeu, foi a presença marcante de dois grupos que estão em conflito constante devido a questões que envolvem grilagem de terras e que isso está interferindo no planejamento e na gestão da atividade turística desenvolvida na localidade.

Verificou-se, ainda, que o poder público municipal não contribui significativamente para o desenvolvimento do turismo na Prainha do Canto Verde, se detendo apenas às ações pontuais de apoio a eventos, reuniões e capacitações na área da hospitalidade, carecendo de políticas públicas voltadas para o segmento comunitário.

Constatou-se falha na comunicação entre a comunidade e a Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Beberibe. A ausência de ferramentas de *marketing* turístico que possam contribuir na divulgação e nível de atratividade na comunidade acarretam uma contradição na prática do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Se, por um lado, busca-se preservar a vida cotidiana e a relação entre cultura, comunidade e natureza, por outro, faz-se necessário o fortalecimento de estratégias para organizar e possibilitar a oferta de experiências turísticas cujos

resultados econômicos possam fomentar um incremento da qualidade de vida das pessoas da comunidade.

O desafio maior, portanto, é fazer da atividade turística um fator de empoderamento da comunidade quanto ao seu espaço de vida e história, capaz de compartilhar com os visitantes a cultura e os costumes locais, ao mesmo tempo em que se protege a comunidade de interferências externas negativas.

## AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem, *in memoriam*, à contribuição metodológica à pesquisa da Profa. Dra. Anna Erika Ferreira Lima Meireles; ao Thiago Silva de Aquino, pela elaboração técnica da Figura 1 (mapa de localização da comunidade); e aos projetos PRONEM CNPq/ FUNCAP Processo PNE - 0112 00068.01.00/16 "Análise Socioambiental dos Impactos de Parques Eólicos no NE: Perspectivas para a sustentabilidade da geração de energia renovável", PGPSE/ CAPES Processo 88887.123947/2016-00 "Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste", e PROEX/CAPES Processo nº 0348/2021/23038.008387/2021-53: Programa de Excelência Acadêmica, pelo financiamento.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Turismo social: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), 2006.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil**. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.) *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA, Nátane Oliveira da. **Cartografia Social: Instrumentos de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha e Continental da Prainha do Canto Verde, Beberibe - Ceará, 2016**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./abr. 2013, p. 123-138.

GALDINO, J. W. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em

Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010.

ICMBio. **Relatório do Grupo de Trabalho criado pela Portaria ICMBio nº 550/2010**. DOU de 29/10/2010, referente à Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, 2011.

INGUAT. **Investigación de Mercados Sección de Estadística**. Flash Report Diciembre, 2010. Disponível em: <<https://inguat.gob.gt/>>. Acesso em: ago. 2023.

INTUR. **Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. Informe de Logros**. Disponível em: <<https://www.intur.gob.ni/>>. Acesso em: ago. 2023.

IRVING, M. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JUSBRASIL. Reserva extrativista em Beberibe é tema de debate na Assembleia. Fortaleza, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 24/05/2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/reserva-extrativista-em-beberibe-e-tema-de-debate-na-assembleia/2202768>>. Acesso em: ago. 2023.

LOUREIRO, C.; GORAYEB, A. O turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da comunidade de Curral Velho, Acaraú-CE-Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 1, n. 1, 2013.

MALDONATO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANN, M. **The Community Tourism Guide: Exciting Holidays for Responsible Travelers**. Routledge, 2000.

MENDONÇA, T.; IRVING, M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 4, n. 4, 2004.

MODESTE, N. **The impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected Caribbean countries**. In: TISDELL, C. (Ed.). *The Economics of Tourism*. Edward Elgar Publishing, v. 2, 2000.

PLAZA, B. The return on investment of the Guggenheim Museum Bilbao. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 2, junho 2006.

REDE TUCUM. **Rede de Turismo Comunitário**. Disponível em: <<http://www.redetucum.org.br/>>. Acesso em: ago. 2023.

SATHIENDRAKUMAR, R.; TISDELL, C. **Tourism and the economic development of the Maldives**. In: TISDELL, C. *Tourism Economics, the Environment and Development: Analysis and Policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

TISDELL, C.; McKEE, D. **Tourism as an industry for the economic expansion of archipelagoes and small island states**. In: TISDELL, C. (Ed.). *Tourism Economics, the Environment and Development: Analysis and Policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

### ***Is Community Tourism good? Challenges and Perspectives from Prainha do Canto Verde, Ceará, Northeast Brazil.***

#### ***Abstract***

*The research aimed to evaluate community tourism in the Resex from Prainha do Canto Verde, located about 130 km east from Fortaleza, capital of Ceará. The analysis was carried out using a qualitative approach, applying the Inventory of the Tourist Offer (INVTUR) and interviews with representatives of the municipal government, non-governmental organizations and local community associations, based on the concepts proposed by Irving (2009). It was found that community tourism is not perceived as the main source of income for families in the community, but it interacts with traditional activities (fishing and agriculture), in addition to covering cultural, social and environmental issues from the locality, in a context in which it does not involve the community as a whole, in its decision-making and participatory processes. On the other hand, the absence of infrastructure for the development of a more competitive tourist offer, in a traditional model, denotes relevance to community tourism, which influences the polarization of relations and economic interests present in the daily life of the community, manifested in the performance of two associations of residents with discordant ideals and actions. This study can contribute to the planning of tourist activities in the community and in similar scenarios, with a view to better tourism management and more sustainable development, involving tourists, governments and the local population.*

***Key-words:*** *Touristic planning. Marine Extractivism Reserve (RESEX). Community Tourism. Associativism. Conflicts.*